

Paris 4-1-72
Rec. 11-1-72



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO NORTE
Nº 22 — 2ª SÉRIE DEZEMBRO DE 1971 PREÇO \$50

O POVO DE TALHADAS OCUPA OS SEUS BALDIOS

1971 mais um ano ruinoso para os agricultores

Os camponeses de TALHADAS DO VOUÇA estão a ocupar os baldios que lhes tinham sido roubados pelos Serviços Florestais; à medida que os ocupam procedem à plantação de eucaliptos e à abertura de estradas nos locais plantados.

A firme disposição dos camponeses é continuarem a ocupação de todos os baldios que lhes foram usurpados.

Tomaram esta decisão corajosa porque os seus justos pedidos e reclamações não foram atendidos pelo governo. Esperavam há um ano que as autoridades e o governo dessem solução aos seus pedidos de devolução dos baldios e às acusações concretas aos S.F., contidos numa exposição enviada em Novembro de 1970 ao Presidente do Conselho e assinada pela população em pêso (766 assinaturas). Três meses depois, em Fevereiro deste ano, o governo respondeu negando as principais acusações e não dando nenhuma solução aos problemas levantados. Numa nova exposição, em Março de 1971, o povo de Talhadas reafirmou as anteriores acusações que fundamentou com novas provas e voltou a exigir a restituição aos seus legítimos donos dos bens particulares usurpados pelos S.F., assim como a devolução ao povo da freguesia dos baldios que lhe pertenciam.

O governo, responsável pela ocupação dos baldios que, desde 1958 os Serviços Florestais vêm praticando, manteve-se mudo, tal como sempre se tem mostrado surdo a todas

Segundo confessa o governo, todos os elementos informativos até agora recolhidos mostram (como por experiência própria já o sabem os agricultores) que 1971 foi de novo um péssimo ano agrícola.

Na verdade, segundo as informações oficiais, espera-se que a produção de milho tenha sido este ano 10 por cento inferior à do ano passado. A produção de centeio, embora ligeiramente maior do que a do ano passado, calcula-se que, mesmo assim, seja 5 por cento inferior à média dos últimos 10 anos. A produção do arroz terá sido 2 por cento menor que a de 1970, enquanto a do feijão terá baixado 10 por cento e a da batata 14 por cento. O vinho foi este ano de má qualidade e a colheita 30 por cento inferior à do ano passado. De azeite espera-se uma produção 20 por cento mais baixa que a do último ano. De tomate a agricultura vendeu à indústria uma média de 20 por cento menos do que no ano passado.

Sobre a produção de fruta, diz o governo no Relatório da última Lei de Meios ter havido este ano «decréscimo em várias espécies, sobretudo na maçã e na pera». Quanto aos dois únicos produtos florestais para os quais o governo publica elementos, terá havido uma redução de 4 por cento na produção de resina e a produção de cortiça, embora ligeiramente melhor do que a do ano passado, foi mesmo assim 15 por cento inferior à da média dos últimos 10 anos.

No que respeita à pecuária, a única afirma-

(continua na pag. 4)

(continua na pag. 2)

1971 mais um ano ruinoso para os agricultores

(continuação da pág. 1)

ção precisa do referido Relatório é a de que se assiste a «uma redução significativa da criação de gado ovino».

Enfim, com excepção para o trigo cuja boa colheita vai beneficiar fundamentalmente os grandes agrários do Sul, todas as outras produções para as quais o governo fornece informações concretas diminuíram em relação ao ano passado ou à média dos últimos dez anos.

1971 foi, pois, mais um ano ruinoso para os pequenos e médios agricultores. Mas 1971 não foi um ano de excepção. Os maus anos agrícolas sucedem-se uns aos outros e são cada vez piores. Eles reflectem apenas o crescente descalabro a que chegou a agricultura portuguesa. Descalabro, sem dúvida, unicamente devido ao criminoso abandono a que o governo votou a agricultura nacional. Bem ilucidativo deste abandono e do que poderia ser feito, é o facto de o governo apenas prever gastar (e estas previsões nunca são sequer cumpridas) 704 mil contos, este ano, com a execução do III Plano de Fomento na agricultura, silvicultura e pecuária, enquanto gastará cerca de 15 milhões de contos com as guerras coloniais, ou seja, para cima de 2) vezes mais! E ainda há que ter em conta que esses 704 mil contos apenas irão beneficiar alguns grandes proprietários, sobretudo os grandes agrários do Sul.

Que admira, pois, que os camponeses emigrem para o estrangeiro às centenas de milhar, que os campos fiquem incultos e que nestes últimos dez anos a população tenha diminuído em todas as regiões rurais do país, como apenas sucedeu nos períodos mais negros da nossa história? Na verdade, o governo fascista ao longo de 45 anos nada fez pela agricultura que não fosse em benefício de alguns grandes proprietários. Quanto aos pequenos e médios camponeses, a política sistematicamente seguida pelo governo tem sido a de expoliá-los e lançá-los na ruína a fim de que as suas terras vão parar, por tuta e meia, às mãos dos grandes senhores do capital.

Não é do governo fascista de Marcelo

Caetano que os pequenos e médios agricultores podem esperar qualquer ajuda para a solução dos seus problemas. Só pela força da nossa união poderemos arrancar do governo alguma coisa. Mas a solução definitiva dos nossos problemas só se conseguirá pelo derrubamento do governo fascista e pela realização da Revolução Democrática e Nacional que, como diz o número de Maio do nosso jornal, «realizará a Reforma Agrária entregando a terra a quem a trabalha e, entre outras medidas, dará aos camponeses:

- usufruto das terras baldias;
- auxílio aos pequenos agricultores para a formação de cooperativas agrícolas (créditos, máquinas, adubos, assistência técnica)
- melhoramento das condições de vida nas aldeias pela electrificação, construção de estradas e escolas, abastecimento de água, postos médicos, etc.;
- liquidação dos Grémios, Juntas e Federações e dos roubos dos intermediários e dos monopólios de compra;
- isenções e diminuição de impostos aos camponeses pobres.»

O DESCONTENTAM

Pequenos produtores de leite do distrito de Braga, profundamente revoltados contra a medida recentemente legislada que provocará a descida do preço de compra do leite ao produtor, dispõem-se a movimentar-se para reivindicar do governo a abolição de tal medida.

O Fundo de Abastecimento deixará de cobrir o défice criado pelo abastecimento e recolha de zonas do interior, passando os produtores a receber menos \$90 por litro de leite a partir de Janeiro.

Não são só os pequenos agricultores do distrito de Braga que sofrerão grandes prejuízos, mas também os de outras regiões, numa zona que abrange 18 concelhos. Se todos se unirem para exigir que o governo não leve à prática essa medida, poderão conseguir a sua anulação. Os produtores de leite dos 18 concelhos deviam reunir-se para

UM ÊXITO NA LUTA CONTRA A TAXA SOBRE O VINHO

Os vinicultores da região de Lafões acabam de obter um grande êxito: perante os seus protectos, a Junta Nacional do Vinho deixou de exigir-lhes o pagamento da taxa de \$20 por litro de vinho produzido. Esta importante vitória deve-se sem dúvida à ampla movimentação dos vinicultores da zona que por diversas formas têm vindo a resistir ao pagamento da taxa. Milhares de agricultores de Oliveira de Frades, Sever do Vouga, Vouzela e S. Pedro do Sul fizeram reuniões, concentrações junto dos Grémios e Câmaras, enviaram telegramas de protesto às autoridades e, recentemente, dirigiram uma exposição ao Presidente do Conselho pedindo a abolição da taxa e que não lhes fôsse exigido o pagamento das taxas em atraso.

Considerando a ilegalidade e arbitrariedade da referida taxa, a esmagadora maioria dos vinicultores da região de Lafões vinha devolvendo em branco os boletins enviados pela J.N.V., o que constituiu também uma importante forma de luta no âmbito desta movimentação e uma das acções que garantiu o seu sucesso.

Animados por este exemplo, agricultores

de grande número doutras freguesias estão a enviar as autoridades o mesmo texto da exposição da região de Lafões com muitas centenas de assinaturas.

Entretanto, a Junta Nacional do Vinho não desiste de cobrar a taxa nas zonas onde é menos firme e menos unida a resistência dos camponeses. Em várias freguesias do distrito de Viseu a Junta tenta intimidar os vinicultores, pelo que montou processos fiscais a alguns deles e ameaçou outros com idêntica medida. Perante esta ameaça, alguns têm pago a taxa. Isto é um erro. O que há a fazer é continuarem todos unidos a recusa ao pagamento da taxa.

A generalização do envio das exposições, subscritas com o maior número de assinaturas; as pressões a fazer junto das Juntas de Freguesia para que estas tomem posição; o recurso a advogados honestos para os defenderem nos processos fiscais; a continuação da firme recusa ao pagamento da taxa—tal é o caminho que os vinicultores devem seguir para obrigar a J.N.V. a recuar, como já aconteceu na região de Lafões.

ENTO DEVE TRANSFORMAR-SE EM ACÇÃO

discutir a solução de vários problemas, nomeadamente deste, de forma a que todos os produtores ficassem nas mesmas condições, independentemente da distância a que estivessem dos postos de recolha do leite.

O preço da carne subiu vertiginosamente nos talhos, enquanto o gado de abate é pago aos produtores pelo mesmo preço de há sete anos atrás. Com esta brutal subida aumentou enormemente o já grande desnível entre os preços pagos ao criador de gado e os preços pagos pelo consumidor. O desencorajamento dos criadores de gado reflecte-se numa produção que não preenche as necessidades do consumo nacional. Pois, agravando ainda mais a crise, passaram a importar-se grandes quantidades de carne congelada do estrangeiro, operação que fez gastar muitos milhares de contos ao governo, afim

de que o preço de venda dessa carne fôsse mantido a níveis normais. Assim o governo meteu nos bolsos dos importadores alguns milhares de contos, enquanto os pequenos produtores se afundam numa irremediável crise. Tal situação está a gerar um profundo descontentamento entre os agricultores do Norte.

Há que passar do descontentamento à acção! Os pequenos produtores agrícolas enfrentam cada vez maior número de problemas que, tais como os acima citados, não têm qualquer solução se forem encarados individualmente. Só a acção de todos, unidos e organizados, poderá forçar o governo a tomar algumas medidas a seu favor. Um passo importante para a defesa dos seus interesses é a formação de comissões que representem verdadeiramente os pequenos agricultores.

ALGO DE NOVO NAS «ELEIÇÕES» PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

Com cadernos eleitorais manipulados à vontade pelas autoridades fascistas e total ausência das liberdades democráticas: sem partidos da Oposição legalmente constituídos, sem qualquer espécie de liberdade de propaganda, de reunião, etc., as «eleições» para as Juntas de Freguesia decorreram no mais clássico estilo fascista. Entretanto, algo de novo sucedeu nas recentes «eleições» para as Juntas de Freguesia. O facto é que nunca como este ano foram apresentadas tantas listas em oposição às listas do governo e isto verificou-se em vários distritos. É certo que muitas destas listas não representavam movimentos organizados da Oposição, pois em muitos casos eram listas, ou de dissidentes do regime, ou de pessoas que, não sendo da Oposição, se têm mostrado honestas e dispostas a defender alguns problemas locais da população. Mas o facto em si, a forma como as populações actuaram nas localidades onde se apresentaram listas contra as do governo, revela disposição para se lhe oporem e lutarem pelos seus interesses, tão espeziñhados e desprezados pelas autarquias locais fascistas.

Como «A Terra» tinha perconizado, foi nos concelhos rurais que apareceram mais listas de oposição às oficiais. É de salientar também que elas foram apresentadas principalmente em regiões onde tem havido mais movimen-

tações e lutas dos que trabalham a terra e, dum modo geral, onde apareceram triunfaram estas listas.

Isto deve constituir uma experiência nova para o movimento antifascista e evidencia claramente que as populações rurais, os pequenos e médios agricultores, já não acreditam nas demagogias e falsas promessas de Marcelo Caetano e seus acólitos e começam a compreender que as medidas governamentais não só não resolvem os graves problemas da agricultura portuguesa, como ainda aprofundam mais e mais a crise em que se debatem os pequenos produtores agrícolas.

Importa que as populações rurais saibam aproveitar os ensinamentos destas «eleições» para as Juntas de Freguesia. Mas importa principalmente que, em todo o lado onde foram apresentados programas com as reivindicações locais, as populações lutem pela sua realização. Onde venceram as listas que se propunham levá-los à prática, as populações em péso devem apoiar as novas Juntas de Freguesia para que esses programas sejam cumpridos. Nas localidades onde não foram apresentados programas de melhoramentos locais, devem fazer-se assembleias amplas nas sedes das Juntas de Freguesia onde sejam formuladas as reivindicações e aspirações do povo e se pressione a Junta a realizá-las.

Em todo o lado, deve impôr-se que as reuniões das Juntas sejam públicas, como o da Lei, participando nelas todos os interessados e que aí sejam discutidas as necessidades da freguesia. Há que aproveitar essas reuniões para se exigir a solução dos problemas que devem ser resolvidos, quer pelas Juntas, quer pelas Câmaras Municipais, e, sobretudo, pelo governo.

O POVO DE TALHADAS OCUPA OS SEUS BALDIOS

(continuação da pág. 1)

as reclamações e abaixo-assinados feitos ao longo destes anos pelos povos lesados. Verificando que não eram a'erdidos e, se não agissem, tudo ficaria como dantes, os camponeses de Talhadas decidiram tomar conta daquilo que lhes pertence e ocuparam os baldios.

Sentindo-se fortes nos seus direitos, não estão dispostos a ceder às manobras e ameaças feitas pelo Governo Civil e pelos S.F.A. A unidade e firmeza da população de Talhadas dá-lhes doram uma grande vitória: o processo levantado pelos S.F. à Junta de Freguesia devido à ocupação dos baldios, foi arquivado.

Este êxito vem dar ainda maior força aos povos das freguesias vizinhas, PRÉSTIMO, PARADELA DO VOUGA E RIBEIRADIO que seguindo o exemplo de Talhadas entraram também em luta pelos seus direitos igualmente espeziñhados pelos S.F. Se seguirem este exemplo da população de Talhadas e ocuparem também os seus baldios, darão o melhor passo para resolverem de facto os seus problemas.

Pelo seu lado, o povo de Talhadas conta com o apoio dos povos das freguesias vizinhas, dispostos a cerrarem fileiras, firmemente unidos contra as manobras dos Serviços Florestais.